



Governo do Distrito Federal
Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 26/2026
(Processo Administrativo nº 00053-00072207/2025-81) - Código UASG: 170394

Torna-se público que o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, sediado no QCG – Quartel do Comando Geral, SAM Lote D Módulo E – Brasília – Distrito Federal - CEP 70620-000, inscrito no CNPJ sob o nº 08.977.914/0001-19, por meio da Diretoria de Contratações e Aquisições, do Departamento de Administração e Logística - CBMDF/DEALF/DICOA, realizará Dispensa Eletrônica, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da [Instrução Normativa Seges/ME nº 67, de 2021](#) e do Decreto 44.330, de 16 de março de 2023, e demais legislações aplicáveis.

Data de Início de Propostas (Divulgação): 25/03/2026

Data fim de recebimento de propostas: 31/03/2026 às 08:29

Horário da Fase de Lances: 08h30 às 14h30

Valor previsto para a contratação: R\$ R\$ 4.538,70 (quatro mil quinhentos e trinta e oito reais e setenta centavos)

Critério de Julgamento: Menor Preço por Item

Exclusivamente ME/EPP/Equiparadas: SIM

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

- 1.1. Aquisição de medicamentos manipulados estéreis para a Policlínica Médica do CBMDF.
- 1.2. Havendo mais de um item, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.
- 1.3. **Caso haja divergência entre a especificação constante no sistema Comprasnet com o Termo de Referência, prevalecerá este último.**

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

- 2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras do Governo Federal, disponível no endereço eletrônico: www.gov.br/compras.
- 2.2. O Aviso de Dispensa Eletrônica estará disponível gratuitamente na página www.cbm.df.gov.br (clicar em "Transparência / acesso à informação / licitações e Contratos / licitações").
- 2.3. Somente poderão participar desta dispensa eletrônica as microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedores individuais, em cumprimento ao art. 48, inciso I, c/c art. 49, inciso IV, da Lei Complementar nº 123/2006, que atenderem a todas as exigências constantes neste Aviso e seus Anexos, sendo inabilitada a empresa que não estiver na condição de entidade preferencial.
- 2.4. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

- 3.1. O procedimento de ingresso na dispensa eletrônica, bem como o cadastramento de proposta, obedecerão os ritos e as exigências previstos na Lei nº 14.133/2021 e na Subseção II, da Seção III, Capítulo VIII do Decreto distrital nº 44.330/2023.
- 3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.
- 3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertados, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão incluídos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

3.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, para correção de divergência na qualidade ou quantidade do objeto, sua substituição em prazo indicado no Termo de Referência.

3.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4. FASE DE LANCES

4.1. O procedimento da fase de lances na dispensa eletrônica obedecerá os ritos e as exigências previstos na Lei nº 14.133/2021 e na Subseção III, da Seção III, Capítulo VIII do Decreto distrital nº 44.330/2023.

5. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

5.1. O julgamento/conformidade da(s) proposta(s) e a habilitação do(s) fornecedor(es), bem como a adjudicação, homologação e a eventual aplicação de sanções, obedecerão os ritos e as exigências previstos na Lei nº 14.133/2021 e nas Subseções IV e V da Seção III Capítulo VIII do Decreto distrital nº 44.330/2023.

5.2. Encerrada a fase de lances, ficará estabelecido prazo máximo de 2 (duas) horas, contado da solicitação no sistema, para envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado ou negociado.

5.3. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Agente de contratação por solicitação expressa e justificada do participante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Agente.

5.4. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Será desclassificada a(s) proposta(s) que:

5.6.1. Contiver vícios insanáveis,

5.6.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos,

5.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação,

5.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração,

5.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.7. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.8. Os dados inseridos na proposta, como correio eletrônico, número de telefone e fax, serão utilizados para a comunicação oficial entre o CBMDF e a empresa, tanto na fase seleção do fornecedor quanto na fase contratual.

6. HABILITAÇÃO

6.1. Para a habilitação do(s) fornecedor(es) mais bem classificado(s) serão exigidas, exclusivamente, as condições de que dispõe a Lei nº 14.133/2021 - Capítulo VI;

6.2. A verificação dos documentos de que trata o subtópico 6.1, será realizada em sistemas de cadastro de fornecedores mantidos pelo Distrito Federal ou pelo Governo Federal ou, ainda, em outros sistemas disponíveis no mercado, assegurado aos demais participantes o direito de acesso aos dados constantes em todos os sistemas.

6.3. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a documentação ou consulta aos seguintes cadastros:

6.3.1. Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação – **ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA-OPERACIONAL**, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando ter a Licitante fornecido materiais/serviços compatíveis como o objeto desta licitação.

6.3.2. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, em especial aos constantes nos níveis de cadastramentos II (HABILITAÇÃO JURÍDICA), III (REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA FEDERAL) e IV (REGULARIDADE FISCAL ESTADUAL/DISTRITAL E MUNICIPAL);

6.3.2.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam

vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

6.3.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

6.3.3. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/ceis);

6.3.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

6.3.5. Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

6.3.5.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos itens “6.3.2.”, “6.3.3” e “6.3.4” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

6.3.6. Prova de regularidade com a Fazenda do Distrito Federal, que poderá ser obtida por meio do site www.receita.fazenda.df.gov.br.

6.4. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares aos já apresentados para a habilitação, na forma estabelecida no subtópico 6.3, ou de documentos não constantes dos sistemas de cadastro de fornecedores, o CBMDF solicitará ao vencedor, no prazo estabelecido pelo Agente de contratação, o envio desses complementos por meio do sistema.

6.5. No caso de contratações para entrega imediata, considerada aquela com prazo de entrega de até 30 (trinta) dias da ordem de fornecimento, e nas contratações com valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento de que trata a alínea “c” do inciso IV do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, somente será exigida das pessoas jurídicas a comprovação da regularidade fiscal federal, social e trabalhista e, das pessoas físicas, a quitação com a Fazenda Federal.

6.6. Na hipótese de o(s) fornecedor(es) não atender(em) às exigências para a habilitação, o CBMDF examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

7. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1. Quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

7.2. O(s) fornecedor(es) estará(ão) sujeito(s) às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, e em outras legislações aplicáveis, sem prejuízo da eventual anulação da nota de empenho de despesa ou da rescisão do instrumento contratual.

7.3. O pagamento será feito de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal - atesto, liquidação e pagamento.

7.4. Integram este Aviso de Contratação Direta os seguintes anexos:

7.4.1. ANEXO I – Termo de Referência;

7.4.2. ANEXO II - Modelo de Proposta;

Responsáveis pela condução do certame: 1º Sgt. QBMG-1 JEREMIAS ARAUJO ALVES DA COSTA, matr. 2909391, e a 3º Sgt. QBMG-1 LAYS RODRIGUES DE SOUZA, matr. 1053845, como agentes de contratação da Dispensa Eletrônica e, em eventual impedimento, a 3º Sgt. QBMG-1 FERNANDA LUIZA PETRUS, matr. 1053627, ou a 3º Sgt. QBMG-1 LAYANE DE SOUZA GOMES, matr. 1142641. Telefone (61) 3193-0190. Horário do expediente administrativo: 13h às 19h de segunda a quinta-feira e de 07h às 13h nas sextas-feiras. E-mail da seção: dicoa.sudir@cbm.df.gov.br.

ANEXO I



Governo do Distrito Federal
Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal
Diretoria de Materiais e Serviços
Seção de Elaboração de Projetos Básicos e Pedidos de Compras

TERMO DE REFERÊNCIA N.º 419/2025

1. OBJETO

Aquisição de medicamentos manipulados estéreis para a Policlínica Médica do CBMDF, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidos neste Instrumento.

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Motivações de fato

Atualmente, a Seção de Cirurgia Vascular da Policlínica Médica do CBMDF enfrenta a indisponibilidade de insumos essenciais à execução de procedimentos de escleroterapia. Essa situação tem resultado na suspensão de atendimentos, formação de demanda reprimida de pacientes e interrupção do fluxo regular de tratamentos. O problema impacta diretamente a rotina assistencial, uma vez que inviabiliza a continuidade de terapias já iniciadas e compromete a oferta de novos atendimentos.

Além dos prejuízos assistenciais, a carência desses insumos ocasiona a subutilização de recursos públicos já disponíveis, como a infraestrutura instalada do centro cirúrgico e o corpo clínico especializado, atualmente composto por 05 (cinco) cirurgiões vasculares. Isso contraria o princípio da eficiência administrativa e reduz a capacidade de resposta da unidade frente às necessidades da população beneficiária.

O histórico recente demonstra que a dificuldade não é pontual. O Processo SEI nº 00053-00121204/2024-06, que tratava de aquisição regular desses insumos, não obteve êxito em razão de limitações do mercado fornecedor, devido a natureza altamente especializada do objeto, medicamentos injetáveis estéreis manipulados, cuja oferta no mercado nacional é restrita, com ausência de fornecedores com capacidade técnica no Distrito Federal. Essa frustração levou, em momento posterior, à necessidade de abertura do Processo SEI nº 00053-00004670/2025-09, em caráter emergencial, para mitigar o risco de descontinuidade da assistência.

A origem do problema decorre da combinação de fatores relacionados à natureza altamente especializada dos insumos e às limitações do mercado fornecedor. Os agentes esclerosantes utilizados em procedimentos vasculares são medicamentos injetáveis estéreis, que exigem manipulação farmacêutica em condições controladas. Esse requisito técnico restringe drasticamente o número de fornecedores aptos no país e, em especial, no Distrito Federal, onde não há empresas com essa capacidade instalada.

Além da escassez de fornecedores, existem barreiras burocráticas adicionais, como a exigência de cadastro prévio das unidades de saúde apenas para a obtenção de orçamentos, o que torna o processo de prospecção mais demorado e complexo. Esses fatores levaram à diminuição dos estoques disponíveis e, em consequência, à interrupção do atendimento regular.

O histórico demonstra que a dificuldade de origem não está apenas no consumo ou desgaste natural dos estoques, mas principalmente em entraves estruturais do mercado fornecedor. Isso se evidenciou no insucesso do Processo SEI nº 00053-00121204/2024-06, que não logrou êxito justamente em razão das restrições impostas, ocasionando a necessidade de abertura de processo emergencial posterior para evitar a descontinuidade assistencial.

Para resolver o problema identificado, é necessário assegurar a disponibilidade regular e contínua dos insumos farmacêuticos indispensáveis aos procedimentos de escleroterapia realizados na Seção de Cirurgia Vascular. A medida deve contemplar a reposição periódica, em conformidade com os padrões estabelecidos pela Comissão de Farmácia e Terapêutica, de modo a evitar interrupções no atendimento e na execução das atividades assistenciais.

Considerando que se tratam de medicamentos manipulados com prazo de validade reduzido, faz-se necessário que a reposição seja planejada em ciclos regulares ao longo do ano, garantindo a manutenção de estoques mínimos de segurança e prevenindo desabastecimentos. Dessa forma, a unidade de saúde terá condições de executar suas rotinas com previsibilidade e continuidade, sem comprometer a assistência prestada aos beneficiários.

A não resolução da necessidade apresentada acarretará graves consequências para a Administração e seus beneficiários. O impacto mais imediato é a impossibilidade de realizar os procedimentos de escleroterapia na Policlínica Médica, o que interrompe tratamentos, gera demanda reprimida, necessitando da busca às redes credenciadas para o tratamento adequado. Consequentemente, haverá a ociosidade de recursos públicos já disponíveis, uma vez que a infraestrutura instalada e o corpo clínico especializado deixarão de ser plenamente utilizados. Por fim, a ausência dos medicamentos resulta no encaminhamento de pacientes para a rede credenciada, com custos significativamente superiores aos que seriam despendidos na manutenção regular dos insumos.

Motivações de direito

Consoante determinam os arts. 283 e 284 da Portaria n.º 24, de 25 de novembro de 2020, compete a Policlínica Médica - POMED, planejar a aquisição, contratação ou locação de recursos referentes às demandas e atribuições do setor, bem como zelar pela manutenção, conservação e guarda dos bens patrimoniais.

A presente contratação está alinhada com o Planejamento Estratégico do CBMDF 2025-2030, conforme o Objetivo Estratégico 9: "Impulsionar a qualidade de vida ao bombeiro militar."

3. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos a serem utilizados nesta compra estão previstos na 1ª versão do Plano de Aplicação de Recursos Financeiros (PARF) de 2026 publicado no BG Suplemento nº 232, de 10 de dezembro de 2025, na natureza de despesa 33.90.30.09 - MATERIAL FARMACOLÓGICO

A prioridade desta contratação é 0,417, conforme o disposto no art. 9º da Portaria nº 18/2025, publicada no Suplemento do BG n.º120 de 1º de julho de 2025.

4. JUSTIFICATIVA DO OBJETO SER COMUM

É possível observar, diante das especificações contidas neste Instrumento que o objeto almejado possui padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, mediante especificações usuais adotadas no mercado, de forma a permitir aos potenciais fornecedores do ramo de atividade compatível com o objeto da licitação condições de ofertarem suas propostas.

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

5. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

De acordo com o inciso II do art. 40 da Lei nº 14.133/2021, as compras, quando pertinente, serão processadas através de Sistema de Registro de Preços e em consonância, o art. 190 do Decreto Distrital nº 44.330/2023 exemplifica:

Art. 190. O Sistema de Registro de Preços será adotado, preferencialmente:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

§ 1º O Sistema de Registro de Preços, no caso de obras e serviços de engenharia, somente poderá ser utilizado se atendidos, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - existência de projeto padronizado, sem complexidade técnica e operacional;

II - necessidade permanente ou frequente de obra ou serviço a ser contratado; e

III - haja compromisso do órgão participante ou aderente de suportar as despesas das ações necessárias à adequação do projeto padrão às peculiaridades da execução.

O presente objeto não se enquadra no rol exemplificativo e será processado sem a utilização deste instrumento auxiliar, pois:

O quantitativo do objeto encontra-se plenamente definido e determinável no ETP/Termo de Referência, com cronograma e volumes certos, sem variações sazonais relevantes. Diante da previsibilidade da demanda, a contratação via SRP não se justifica, recomendando-se uma contratação única com escopo fechado e entrega conforme cronograma estabelecido.

6. ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO

A aquisição dos medicamentos injetáveis deve observar as normas sanitárias e regulatórias vigentes, que garantem sua segurança, qualidade e eficácia clínica. Os fármacos a serem adquiridos, glicose hipertônica a 75% e polidocanol em diferentes concentrações, devem obrigatoriamente possuir registro ativo na ANVISA, em conformidade com a Lei nº 6.360/1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária de medicamentos, e a Lei nº 5.991/1973, que regula o controle sanitário de drogas, medicamentos e insumos farmacêuticos.

A fabricação ou manipulação desses medicamentos deve atender às normas técnicas estabelecidas pela RDC ANVISA nº 301/2019, que trata das Boas Práticas de Fabricação de medicamentos, e pela RDC ANVISA nº 67/2007, que dispõe sobre as Boas Práticas de Manipulação em farmácias de uso humano, além de seguir os parâmetros oficiais da Farmacopeia Brasileira, que define padrões de identidade, pureza e esterilidade para soluções injetáveis.

As empresas do setor farmacêutico precisam de Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE/ ANVISA), obrigatória para toda empresa que exerça atividades de fabricação, distribuição, importação, exportação, armazenagem ou transporte de medicamentos, prevista na Lei nº 6.360/1976. Além do Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF), conforme a RDC nº 301/2019 e a RDC nº 430/2020, Licença/ Alvará sanitário emitido pela vigilância sanitária do local a empresa está estabelecida. As empresas devem apresentar também um atestado de Capacidade técnica - operacional emitido por um cliente público ou privado que comprova que a empresa já forneceu medicamentos similares, em escala compatível.

No âmbito administrativo, a contratação deve observar ainda a Lei nº 14.133/2021, que regulamenta as licitações e contratos administrativos, assegurando legalidade e eficiência ao processo de aquisição, bem como a Portaria STN nº 448/2002, referente à adequada classificação orçamentária da despesa.

A presente contratação atende aos critérios de sustentabilidade previstos na Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) e nas orientações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, elaborado pela Consultoria-Geral da

União – CGU/AGU (2024). Assim, adotando critérios de sustentabilidade, de modo a reduzir impactos ambientais e garantir conformidade normativa. Recomenda-se a utilização de materiais recicláveis ou biodegradáveis em embalagens secundárias, bem como frascos de vidro ou plástico recicláveis e quanto ao descarte adequado, os resíduos provenientes desta aquisição enquadram-se no Grupo B (resíduos químicos que apresentam risco à saúde ou ao meio ambiente, a exemplo de medicamentos vencidos, contaminados ou parcialmente utilizados) e no Grupo E (perfurocortantes, no caso dos frascos-ampola quebrados ou inutilizados), devendo, portanto, receber destinação final apropriada conforme a classificação estabelecida, mediante segregação, acondicionamento, coleta e destinação final ambientalmente segura, conforme consta nos termos da RDC nº 222/2018 da ANVISA (dispõe sobre as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde).

Adicionalmente, aplica-se a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), que estabelece a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos e a obrigatoriedade de destinação ambientalmente adequada dos resíduos, reforçando a adoção de práticas sustentáveis na presente contratação.

Ressalta-se, ainda, a compatibilidade das medidas citadas anteriormente com os princípios da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), programa do Ministério do Meio Ambiente que orienta órgãos públicos a incorporar critérios de sustentabilidade em suas rotinas.

Requisitos mínimos de qualidade, desempenho, durabilidade e demais atributos relevantes para suprir as necessidades:

Os requisitos a seguir são aplicáveis a todos os itens, por possuírem natureza e finalidade análogas.

Item	Requisitos
1, 2, 3 e 4	<p>Apresentação Farmacêutica: O produto deve ser uma solução injetável, estéril, acondicionada em frasco-ampola de 10 mL.</p> <p>Qualidade e Conformidade: Cada lote fornecido deverá ser acompanhado do respectivo Laudo de controle de qualidade, emitido pelo fabricante. Neste laudo deve conter o número do lote, resultados analíticos como aspectos, pH, esterilidade, teor do princípio ativo, ausência de contaminantes, conclusão de conformidade e assinatura e identificação do responsável técnico.</p> <p>Validade do Produto: O prazo de validade deve estar claro e visível em embalagem e bula. Os medicamentos deverão possuir um prazo de validade compatível com o período de consumo previsto neste presente Estudo Técnico Preliminar, que é de 75% , de forma a assegurar o uso integral dos lotes durante este período, sem risco de vencimento antecipado.</p> <p>Garantia: Os medicamentos devem estar garantidos quanto à sua qualidade, eficácia terapêutica e conformidade sanitária, durante todo o período de validade indicado na embalagem. A contratada será responsável pela substituição imediata, sem ônus para a Administração, de quaisquer unidades que apresentem vícios de qualidade, defeitos de fabricação, inconformidades de rotulagem ou validade inferior à exigida, arcando inclusive com os custos de recolhimento e substituição, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.</p> <p>Embalagem e Acondicionamento: Os medicamentos deverão ser acondicionados em embalagens resistentes e lacradas que garantam sua integridade e esterilidade até o momento do uso.</p> <p>Rotulagem: A embalagem deverá conter, de forma clara e legível, os dados de identificação do produto e do fabricante, como número de lote, data de fabricação, data de validade, informações sobre o princípio ativo, concentração e condições de conservação.</p> <p>Documentação Acessória: O fornecimento deverá incluir a bula do medicamento em língua portuguesa. A nota fiscal deverá discriminar, obrigatoriamente, todos os números de lote correspondentes aos produtos entregues na remessa, de forma a permitir a sua rastreabilidade e conferência por parte da POMED.</p>

O dimensionamento dos quantitativos foi realizado pela área técnica demandante com o objetivo de suprir a necessidade da Policlínica Médica (POMED) por um período de 12 (doze) meses, considerando a capacidade operacional do setor e o consumo médio projetado. A tabela a seguir detalha as especificações, quantidades e a base de cálculo para cada item:

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS ACEITÁVEIS	CATMAT	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	OBM CONTEMPLADA	MEMÓRIA DE CÁLCULO
-------	------	-----------------------------------	--------	-------------------------	------------	-----------------	--------------------

1	<p>Glicose 75% - frasco-ampola 10 ml - injetável manipulado</p>	<p>Apresentação Farmacêutica: O produto deve ser uma solução injetável, estéril, acondicionada em frasco-ampola de 10 mL.</p> <p>Qualidade e Conformidade: Cada lote fornecido deverá ser acompanhado do respectivo Laudo de controle de qualidade, emitido pelo fabricante. Neste laudo deve conter o número do lote, resultados analíticos como aspectos, pH, esterilidade, teor do princípio ativo, ausência de contaminantes, conclusão de conformidade e assinatura e identificação do responsável técnico.</p> <p>Validade do Produto: O prazo de validade deve estar claro e visível em embalagem e bula. Os medicamentos deverão possuir um prazo de validade compatível com o período de consumo previsto neste presente Estudo Técnico</p>	440270	unidade	300	POMED	<p>O dimensionamento do quantitativo de Glicose 75% baseia-se na projeção de consumo anual da Seção de Cirurgia Vascular, que conta com 5 (cinco) cirurgiões. A demanda é contínua, visto que duas profissionais possuem agendas semanais fixas de escleroterapia e as demais utilizam o insumo em cirurgias. A partir dessa rotina operacional, a área demandante estabeleceu uma média de consumo de aproximadamente 6,5 frascos por semana. Para projetar a necessidade anual, calculou-se o consumo sobre um período de 47 semanas úteis, resultando em uma necessidade total de 300 frascos para garantir o suprimento por 12 meses.</p>
---	---	--	--------	---------	-----	-------	---

1	2	<p>Polidocanol 0,5% - frasco-ampola 10 ml - injetável manipulado</p>	<p>Preliminar, que é de 75% , de forma a assegurar o uso integral dos lotes durante este período, sem risco de vencimento antecipado.</p> <p>Garantia: Os medicamentos devem estar garantidos quanto à sua qualidade, eficácia terapêutica e conformidade sanitária, durante todo o período de validade indicado na embalagem. A contratada será responsável pela substituição imediata, sem ônus para a Administração, de quaisquer unidades que apresentem vícios de qualidade, defeitos de fabricação, inconformidades de rotulagem ou validade inferior à exigida, arcando inclusive com os custos de recolhimento e substituição, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.</p>	343631	unidade	30	POMED	<p>O dimensionamento do quantitativo de Polidocanol 0,5% (frasco-ampola 10 ml) baseia-se na projeção de consumo anual da Seção de Cirurgia Vascular, que conta com 5 (cinco) cirurgiões. A demanda é contínua, visto que o insumo é utilizado rotineiramente em procedimentos de escleroterapia. A partir dessa rotina operacional, a área demandante estabeleceu uma média de consumo de 2,5 frascos por mês. Essa projeção resulta em uma necessidade total de 30 frascos para garantir o suprimento por 12 meses.</p>
	3	<p>Polidocanol 1% - frasco-ampola 10 ml - injetável manipulado</p>	<p>Embalagem e Acondicionamento: Os medicamentos deverão ser acondicionados em embalagens resistentes e lacradas que garantam sua integridade e esterilidade até o momento do uso.</p> <p>Rotulagem: A embalagem deverá conter, de forma clara e legível, os dados de identificação do produto e do fabricante, como número de lote, data de fabricação, data de validade, informações sobre o princípio ativo, concentração e condições de conservação.</p> <p>Documentação Acessória: O</p>	343632	unidade	30	POMED	<p>O dimensionamento do quantitativo de Polidocanol 1% (frasco-ampola 10 ml) baseia-se na projeção de consumo anual da Seção de Cirurgia Vascular, que conta com 5 (cinco) cirurgiões. A demanda é contínua, visto que o insumo é utilizado rotineiramente em procedimentos de escleroterapia. A partir dessa rotina operacional, a área demandante estabeleceu uma média de consumo de 2,5 frascos por mês. Essa projeção resulta em uma necessidade total de 30 frascos para garantir o suprimento por 12 meses.</p>

		fornecimento deverá incluir a bula do medicamento em língua portuguesa. A nota fiscal deverá discriminar, obrigatoriamente, todos os números de lote correspondentes aos produtos entregues na remessa, de forma a permitir a sua rastreabilidade e conferência por parte da POMED.						O dimensionamento do quantitativo de Polidocanol 3% (frasco-ampola 10 ml) baseia-se na projeção de consumo anual da Seção de Cirurgia Vascular, que conta com 5 (cinco) cirurgiões. A demanda é contínua, visto que duas profissionais possuem agendas semanais fixas de escleroterapia e as demais utilizam o insumo em cirurgias. A partir dessa rotina operacional, a área demandante estabeleceu uma média de consumo de aproximadamente 1,5 frascos por semana . Para projetar a necessidade anual, calculou-se o consumo sobre um período de 47 semanas úteis, resultando em uma necessidade total de 70 frascos para garantir o suprimento por 12 meses.
4	Polidocanol 3% - frasco-ampola 10 ml - injetável manipulado		343633	unidade	70	POMED		

7. TRATAMENTO FAVORECIDO ÀS ENTIDADES PREFERENCIAIS, JUSTIFICATIVA DO AGRUPAMENTO E DA INDIVISIBILIDADE

Tratamento preferencial

Conforme preconizado na Lei Complementar nº 123, de 2006 e na Lei nº 4.611, de 2011, aplicam-se às entidades preferenciais, às microempresas e às empresas de pequeno porte os seguintes benefícios:

1. Tratamento favorecido e diferenciado às entidades preferenciais, nos percentuais mínimos de 10% (dez por cento) e, no máximo, 25% (vinte e cinco por cento) do gasto público com contratações;
2. Participação exclusiva, até o valor estimado de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), para itens e grupos, enquanto não for atingido o limite percentual do tratamento favorecido e diferenciado;
3. O tratamento favorecido e diferenciado não poderá ser aplicado em favor de entidade que, em decorrência do valor da licitação a que estiver concorrendo, venha a auferir faturamento que acarrete o seu desenquadramento da condição de microempresa.
4. Cota reservada de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto em certames para aquisição de bens de natureza divisível.

Caso haja enquadramento, os itens e grupos beneficiados serão destacados no tópico 'ESTIMATIVA DE PREÇOS MÁXIMOS ACEITÁVEIS', em coluna própria 'TRATAMENTO FAVORECIDO', com o tipo de benefício sendo participação exclusiva ou cota reservada. Não havendo enquadramento, os itens e grupos serão destacados como ampla concorrência.

Agrupamento e indivisibilidade

Abaixo contém uma tabela demonstrativa dos agrupamentos, da indivisibilidade e suas respectivas justificativas:

Grupo	Item(s)	Divisível	Justificativa
1	1, 2, 3 e 4	Sim	Agrupamento deu-se por interdependência baseado em vínculo técnico e funcional indissociável, risco de inexecução e ineficácia da contratação, mercado específico - Otimização Processual e economia de escala .

1. Vínculo Técnico e Funcional Indissociável:

Os quatro itens (Glicose 75% e as três concentrações de Polidocanol) são utilizados de forma combinada e interdependente para a execução de um único procedimento terapêutico: a escleroterapia. A ausência de qualquer um dos componentes torna os demais sem utilidade para a finalidade pretendida, caracterizando um prejuízo técnico e funcional ao conjunto.

2. Risco de Inexecução e Ineficácia da Contratação:

A licitação por itens distintos criaria o risco de a Administração obter sucesso na aquisição de apenas parte dos medicamentos. Tal resultado seria ineficaz, pois a Policlínica Médica continuaria impossibilitada de realizar os procedimentos, frustrando o objetivo da contratação e resultando em desperdício de recursos públicos.

3. Mercado Específico e Otimização Processual:

O objeto consiste em medicamentos manipulados estéreis, um nicho de mercado com poucos fornecedores aptos no país. Agrupar os itens em um grupo único torna a contratação mais atrativa para essas empresas especializadas e otimiza a gestão ao consolidar a demanda em um único contrato, evitando a pulverização de esforços administrativos.

4. Justificativa da Indivisibilidade (Adjudicação por Preço Global do Lote):

A adjudicação do lote a um único fornecedor é necessária para garantir a redução dos custos de gestão do contrato. Dada a interdependência dos itens e o baixo valor total da aquisição, a gestão de múltiplos contratos com fornecedores distintos para um mesmo procedimento médico seria administrativamente ineficiente e antieconômica.

8. ESTIMATIVA DE PREÇOS MÁXIMOS ACEITÁVEIS

O preço total máximo estimado é de **R\$ 4.538,70 (quatro mil quinhentos e trinta e oito reais e setenta centavos)**, de acordo com tabela abaixo:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL ESTIMADO	TRATAMENTO FAVORECIDO
1	1	Glicose 75% - frasco-ampola 10 ml - injetável manipulado	unidade	300	R\$ 4,31	R\$ 1.293,00	Participação exclusiva
	2	Polidocanol 0,5% - frasco-ampola 10 ml - injetável manipulado	unidade	30	R\$ 19,89	R\$ 596,70	
	3	Polidocanol 1% - frasco-ampola 10 ml - injetável manipulado	unidade	30	R\$ 20,82	R\$ 624,60	
	4	Polidocanol 3% - frasco-ampola 10 ml - injetável manipulado	unidade	70	R\$ 28,92	R\$ 2.024,40	
TOTAL ESTIMADO						R\$ 4.538,70	

9. FORMA DE FORNECIMENTO, PRAZO DE ENTREGA, CORREÇÃO DE VÍCIOS E RECEBIMENTO DO OBJETO

Forma de Fornecimento	
Entrega Parcelada	Deverá ser processada em 2 (duas) parcelas, a contar da data da assinatura do contrato ou, quando não houver a formalização do instrumento de contrato, da Nota de Empenho.

Cronograma de parcelamento:

PARCELA	GRUPO	ITEM	OBJETO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	PRAZO
1ª	1	1	Glicose 75% Frasco-ampola de 10 ml	unidade	180	em 30 dias
		2	Polidocanol 0,5% Frasco ampola de 10 ml	unidade	15	
		3	Polidocanol 1% Frasco ampola de 10 ml	unidade	15	

					corridos.
		4	Polidocanol 3% Frasco ampola de 10 ml	unidade	50
2ª	1	1	Glicose 75% Frasco-ampola de 10 ml	unidade	120
		2	Polidocanol 0,5% Frasco ampola de 10 ml	unidade	15
		3	Polidocanol 1% Frasco ampola de 10 ml	unidade	15
		4	Polidocanol 3% Frasco ampola de 10 ml	unidade	20
					em 180 dias corridos.

RECEBIMENTO DO OBJETO	
LOCAL DE ENTREGA	<p>Endereço: Policlínica Médica (POMED) do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF), localizado no SPO - Área Especial – Conjunto 3 – Setor Policial Sul – Brasília - DF. Google Maps: https://maps.app.goo.gl/ZEY4UR16ifXkXZx66 CEP: 70.610-209 Telefone: (61) 9622-3940. E-mail: pomed.sugep@cbm.df.gov.br Dias úteis:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 2ª à 5ª: de 8h00 às 11h00 e de 13h00 às 16h00. • 6ª: de 8h00 às 11h00. <p>Agendar a entrega com pelo menos um dia útil de antecedência pelos canais de contato acima.</p>
PROVISÓRIO	No ato da entrega.
CORREÇÃO DE VÍCIOS DA ENTREGA PROVISÓRIA	Prazo de 15 (quinze) dias corridos para a contratada realizar correções de eventuais vícios encontrados nos objetos e/ou substituições dos objetos que não atendem às especificações estabelecidas neste Instrumento.
DEFINITIVO	Prazo de 15 (quinze) dias corridos para a contratante verificar as especificações estabelecidas neste Instrumento.
RESPONSABILIDADE	O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança pela entrega do objeto, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.
ESTADO DO OBJETO	Todos os objetos deverão ser entregues novos, sem uso, devidamente embalados e protegidos, acompanhados das respectivas notas fiscais, do termo de garantia, manuais de instrução de uso e conservação, armazenamento e acondicionamento, em língua portuguesa.

10. DA GARANTIA

Ao que couber garantia, a empresa contratada deverá fornecer garantia total contra defeitos de fabricação para o objeto da licitação durante todo o seu prazo de validade para o objeto da licitação, contada a partir da data do recebimento definitivo do objeto, de acordo com as normas vigentes, pelo qual a empresa se obriga, independentemente de ser ou não a fabricante do produto, a efetuar correções ou substituições necessárias nos **OBJETOS QUE APRESENTAREM DEFEITOS DE FABRICAÇÃO DURANTE O PRAZO DE GARANTIA**, sem ônus para o CBMDF, desde que estes não sejam provenientes de operação ou manuseio inadequado.

O prazo para a contratada realizar correções de eventuais vícios encontrados nos objetos ou realizar substituições dos objetos **QUE APRESENTAREM DEFEITOS DURANTE O PRAZO DE GARANTIA**, conforme citado no item anterior, e entregá-los com as correções ou substituições necessárias será de **15 (quinze)** dias corridos, a contar da notificação por parte do CBMDF à contratada.

11. VALIDADE

Ao que couber validade, a empresa contratada deverá fornecer os produtos objeto da licitação com no mínimo 75% de sua validade, contada a partir da data do recebimento definitivo do objeto, de acordo com as normas vigentes, pelo qual a empresa se obriga, independentemente de ser ou não a fabricante do produto, a efetuar correções ou substituições necessárias nos **OBJETOS QUE APRESENTAREM DEFEITOS DE FABRICAÇÃO DURANTE O PRAZO DE VALIDADE**, sem ônus para o CBMDF. A contratada se obriga, ainda, a substituir, sem ônus para o CBMDF, os produtos que porventura venham a vencer antes de seu efetivo uso, desde que estes não sejam provenientes de operação ou manuseio inadequado.

O prazo para a contratada realizar correções de eventuais vícios encontrados nos objetos ou realizar substituições dos objetos **QUE APRESENTAREM DEFEITOS DURANTE O PRAZO DE VALIDADE**, conforme citado no item anterior, e entregá-los com as correções ou substituições necessárias será de **15 (quinze)** dias corridos, a contar da notificação por parte do CBMDF à contratada.

12. DO CONTRATO

O contrato terá vigência de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, persistindo as obrigações decorrentes da garantia.

13. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um executor ou comissão executora do contrato, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, bem como, exigir e fiscalizar o atendimento às especificações previstas para o objeto da licitação e de tudo dará ciência à Administração, permitida a contratação de terceiros para assistir e subsidiar as decisões com informações pertinentes a essa atribuição.

A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Distrital 44.330/2023

O executor do contrato ou a comissão executora do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como, o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis sobre eventuais ocorrências que possam ensejar aplicação de penalidades ao contratado.

O recebimento definitivo do objeto ficará a cargo do executor do contrato ou da comissão executora do contrato.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Instrumento e no Edital, sob pena de rescisão do contrato e da execução de garantia para o ressarcimento ao erário, além das penalidades já previstas em lei.

Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais e/ou materiais, causados por técnicos (empregados) e acidentes causados por terceiros, bem como pelo pagamento de salários, encargos sociais, trabalhistas e previdenciárias, tributos e demais despesas eventuais, decorrentes do fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração.

Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações deste Instrumento e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia.

Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, necessárias ao fornecimento do objeto.

Fornecer o objeto de forma a cumprir todas as normas legais de produção, transporte e armazenamento.

Comunicar à Contratante quaisquer irregularidades ocorridas ou observadas durante a entrega do objeto.

A Contratada deverá aplicar critérios de sustentabilidade ambiental conforme determina a Lei distrital nº 4.770/2012, devendo para tal apresentar declaração própria ou de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências de práticas de sustentabilidade ambiental, conforme art. 7º, Parágrafo único, da Lei Distrital nº 4.770/2012.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Nomear o Executor ou Comissão Executora do Contrato, conforme art. 117 da Lei 14.133/2021 por meio da Diretoria de Contratações e Aquisições (DICOA), para fiscalizar e acompanhar a execução do contrato.

Cumprir os compromissos financeiros assumidos com a Contratada.

Fornecer e colocar à disposição da Contratada todos os elementos e informações que se fizerem necessários à entrega do objeto da licitação.

Notificar, formal e tempestivamente, a contratada sobre as irregularidades observadas no objeto da contratação.

16. DO PAGAMENTO

O pagamento será feito de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, mediante a apresentação de Nota Fiscal, liquidada em até 30 (trinta) dias a contar de sua apresentação, devidamente atestada pelo Executor de Contrato/Executor da Nota de Empenho, devidamente nomeado pelo CBMDF.

17. DAS PENALIDADES

No caso de violação de quaisquer disposições estipuladas neste Instrumento, serão passíveis de aplicação as penalidades descritas em Edital. Esse procedimento seguirá os princípios do devido processo legal, assegurando garantias ao contraditório e à ampla defesa, em conformidade com os Art. nº 155 e 156 da Lei 14.133/2021 e o Decreto 44.330/2023.

No caso de violação de quaisquer disposições estipuladas neste Termo de Referência, serão passíveis de aplicação

as penalidades aqui delineadas. Esse procedimento seguirá os princípios do devido processo legal, assegurando garantias ao contraditório e à ampla defesa, em conformidade com os Art. nº 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e o Decreto Distrital nº 44.330/2023.

1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- 1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
- 1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 1.3. der causa à inexecução total do contrato;
- 1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções, mediante processo administrativo com observância do devido processo legal administrativo, das garantias do contraditório e da ampla defesa, e da Lei Federal nº 14.133/2021:

- 2.1. Advertência;
- 2.2. Multa;
- 2.3. Impedimento de licitar e contratar; e
- 2.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar.

3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, con forme normas e orientações dos órgãos de controle.

4. Compete ao Diretor de Contratações e Aquisições do CBMDF, nos termos do art. 121 da Portaria nº 21/2011, aplicar as penalidades de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, nos termos do inciso II do §6º do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.1. Compete ao Chefe do Departamento de Administração Logística e Financeira do CBMDF analisar e julgar os recursos interpostos contra as penalidades aplicadas pelo Diretor de Contratações e Aquisições.

5. Compete ao Comandante-Geral do CBMDF aplicar a penalidade de Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar, que será precedida de análise jurídica.

5.1. Caberá apenas Pedido de Reconsideração da decisão proferida pelo Comandante-Geral do CBMDF nos casos de aplicação da sanção de Declaração de Inidoneidade, prevista no item 10.1.4 deste instrumento.

6. A aplicação das sanções de Impedimento de Licitar e Contratar e de Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais militares, que avaliará os fatos e as circunstâncias e intimará a Contratada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

6.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de quinze dias úteis, contado da data da intimação.

6.2. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

7. Na aplicação das sanções de Advertência e Multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

8. Da aplicação das sanções de Advertência, Multa e Impedimento de Licitar e Contratar caberá Recurso Administrativo no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

9. Todas as comunicações, inclusive a intimação para apresentação de Defesa Prévia e Recurso Administrativo serão realizadas por meio eletrônico através do endereço de e-mail cadastrado na proposta, dispensando-se a publicação no órgão oficial, inclusive eletrônico.

9.1. Considerar-se-á realizada a intimação no dia em que o intimando efetivar a consulta eletrônica ao teor da intimação e confirmar o recebimento, certificando-se nos autos a sua realização.

9.2. Na hipótese do item anterior, nos casos em que a consulta se dê em dia não útil, a intimação será considerada como realizada no primeiro dia útil seguinte.

9.3. A consulta referida nos itens anteriores deverá ser feita em até 10 (dez) dias corridos contados da data do envio da intimação, sob pena de considerar-se a intimação automaticamente realizada no primeiro dia útil seguinte à data do término desse prazo.

9.4 No prazo destinado ao exercício do direito de defesa, a empresa contratada ou licitante poderá solicitar vista dos autos referentes ao Procedimento Apuratório e o Processo Principal da contratação, ocasião em que será realizada a disponibilização de acesso externo via e-mail cadastrado na proposta ou endereço eletrônico informado no momento do pedido.

9.5 A empresa contratada poderá apresentar a Defesa Prévia ou interpor o Recurso Administrativo através do endereço eletrônico dicoa.sutec@cbm.df.gov.br, ou presencialmente na secretaria da Diretoria de Contratações e Aquisições, situada no SAM Lote D, Módulo E – Quartel do Comando Geral, Brasília – DF.

10. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

11. A aplicação das sanções previstas neste contrato ou instrumento congêneres serão formalizadas mediante Apostilamento no processo principal da contratação, bem como publicadas em DODF e inscritas no SICAF, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis contado da data de aplicação da sanção.

12. Os prazos referentes às penalidades aplicadas aos contratados, sobretudo quando às sanções de Impedimento de Licitar e Contratar e de Declaração de Inidoneidade, para todos os efeitos, são contados a partir da data de aplicação da sanção, sendo a publicação no SICAF e no Diário Oficial do Distrito Federal mero ato de publicidade da sanção.

13. A sanção de Advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa de inexecução parcial do contrato, prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

13.1 A sanção de Advertência poderá ser aplicada isolada ou conjuntamente com a pena de multa, vedada sua cumulação com as demais sanções.

14. A sanção de Multa será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

15. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora e obedecerá os seguintes percentuais:

15.1 0,5% (cinco décimos por cento) calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, quando houver um dia de atraso.

15.2 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, limitado a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do Contrato, quando houver mais de um dia de atraso.

16. A aplicação de multa de mora não impedirá a sua conversão em compensatória e a promoção da extinção unilateral do contrato, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Contrato, e obedecerá os seguintes percentuais:

16.1 15% (quinze por cento) em caso de inexecução parcial do contrato, calculado sobre a parte inadimplente;

16.2 30% (trinta por cento) em caso de inexecução total do contrato;

16.3 de 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de obrigações contratuais acessórias.

17. Caso a contratada entregue parte do objeto em atraso e não cumpra o restante da obrigação, será aplicada a penalidade de multa moratória a ser calculada sobre a parcela entregue em atraso, e aplicada a penalidade de multa compensatória a ser calculada sobre a parcela não entregue, limitado o percentual máximo das multas a 30% sobre o valor total do contrato.

18. Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

18.1 o atraso não superior a 5 (cinco) dias;

18.2 quando a soma dos valores atribuídos à título de multa à contratada for considerada irrisória, o que será verificado após a realização dos cálculos pertinentes;

18.2.1 Será considerado irrisório valor igual ou inferior a R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

19. Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, o contrato poderá ser rescindido, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma prevista neste Contrato.

20. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo CBMDF à empresa contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, quando houver, ou será emitido Documento de Arrecadação do Distrito Federal – DAR, com prazo de 30 dias corridos para o efetivo pagamento.

20.1 Em caso de não pagamento da multa aplicada, a sanção será agravada de forma automática, aplicando-se, de forma cumulativa, a sanção de Impedimento de Licitar e Contratar no patamar máximo de 3 (três) anos, bem como encaminhado os autos à Procuradoria Geral do Distrito Federal para fins de análise quanto à viabilidade de ajuizamento de ação judicial para cobrança do débito.

20.2 A sanção de Impedimento de Licitar e Contratar aplicada em decorrência de agravamento pelo não pagamento de multa anteriormente aplicada poderá ser revogada mediante a comprovação de pagamento da multa via DAR, encaminhado o comprovante à Corporação.

21. A sanção de multa poderá ser aplicada isolada ou cumulativamente com as demais, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida e observado o princípio da proporcionalidade.

22. A sanção de Impedimento de Licitar e Contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas

previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Distrito Federal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

22.1 A aplicação da sanção de Impedimento de Licitar e Contratar deverá seguir os trâmites descritos no item 6.

23. A penalidade de Impedimento de Licitar e Contratar não poderá ser aplicada cumulativamente com a Declaração de Inidoneidade.

24. A sanção de Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de Impedimento de licitar e contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

24.1 A aplicação da sanção de Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar deverá seguir os trâmites descritos no item 6.

25. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

26. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

27. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

28. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

29. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

Atenciosamente,

Kemps **RHUAN** Lemos dos Santos - Ten-Cel. QOBM/Comb.

Subdiretor de Materiais e Serviços e chefe da SEPEC

Matr. 1909306



Documento assinado eletronicamente por **FABIANO LUIS DE MEDEIROS - Cel. QOBM/Comb. - Matr.01400087, Diretor(a) de Materiais e Serviços**, em 23/01/2026, às 11:42, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=191960452)
verificador= **191960452** código CRC= **7FB3FC5F**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SAM, Bloco D, Lote E, - Bairro Asa Norte - CEP 70620-040 - DF

Telefone(s):

Sítio - www.cbm.df.gov.br

ANEXO II
MODELO PROPOSTA DE PREÇOS

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA LICITANTE)

À DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES E AQUISIÇÕES DO CBMDF

Endereço: Setor de Administração Municipal – SAM, Quadra “B”, Bloco “D”, CEP 70610-600, Brasília/DF (ao lado do DER)
fone 0xx(61) 3901-0190.

Apresentamos PROPOSTA DE PREÇOS de acordo com as especificações, condições e prazos estabelecidos no Aviso de Dispensa Eletrônica nº 26/2026 -DICOA/DEALF/CBMDF, dos quais nos comprometemos a cumprir integralmente.

NOME DA PROPONENTE:

CNPJ:

INSCRIÇÃO ESTADUAL OU MUNICIPAL OU DISTRITAL:

ENDEREÇO COMPLETO:

TELEFONE:

ENDEREÇO DE CORREIO ELETRÔNICO:

DADOS BANCÁRIOS:

Declaramos que concordamos com todas as condições estabelecidas no Aviso de Dispensa Eletrônica e seus respectivos Anexos.

Nossa cotação para a fornecimento do objeto está especificada, conforme abaixo:

Grupo	ITEM	OBJETO	REFERÊNCIA	QUANTIDADE	MARCA/MODELO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	1	Glicose 75% - frasco-ampola 10 ml - injetável manipulado	UND	300			
	2	Polidocanol 0,5% - frasco-ampola 10 ml - injetável manipulado	UND	30			
	3	Polidocanol 1% - frasco-ampola 10 ml - injetável manipulado	UND	30			
	4	Polidocanol 3% - frasco-ampola 10 ml - injetável manipulado	UND	70			
TOTAL GERAL							R\$

Declaramos que esta proposta tem validade de 60 (sessenta) dias corridos. **[Prazo não será inferior a 60 (sessenta) dias]**

Declaro que prestarei os serviços da forma especificada no Termo de Referência que segue como Anexo I ao Aviso de Dispensa Eletrônica nº 26/2026-DICOA/DEALF/CBMDF.

Declaramos ainda, que nos preços estão inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

_____, _____ de _____ de 20__.

Assinatura e Identificação do Representante legal da Licitante



Documento assinado eletronicamente por **ELCIO DE AZEVEDO CARDOSO - Ten-Cel. QOBM/Comb. - Matr.01417762, Diretor(a) de Contratações e Aquisições**, em 25/03/2026, às 17:05, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=198573169 código CRC= **8433CAFF**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
SAM Bloco D Módulo E - Palácio Imperador Dom Pedro II - QCG/CBMDF - Bairro ASA NORTE - CEP 70640-020 - DF
31930190

00053-00072207/2025-81

Doc. SEI/GDF 198573169